



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Santa Catarina
10ª Unidade de Apoio em Execução Fiscal (RSCAX04)

Rua Dr. Montauray, 241, 3º andar - ala norte - Bairro: Madureira - CEP: 95020-190 - Fone: (54) 3290-3247 - WhatsApp: (54) 3290-3245 - Email: rscax04@jfrs.jus.br

EXECUÇÃO FISCAL Nº 5003313-74.2016.4.04.7209/SC

EXEQUENTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL

EXECUTADO: LUCATER MOVEIS LTDA

APENSO(S) ART.28 LEF: 5005811-12.2017.4.04.7209

EDITAL Nº 720011372057

DESPACHO/DECISÃO - EDITAL

Trata-se de execução fiscal apta à realização de leilão dos bens penhorados, conforme diligências realizadas pela secretaria desta Vara. Na presente execução fiscal (nº 5003313-74.2016.4.04.7209/SC) o montante em cobrança é de R\$ 3.577.922,22 acrescido do valor em cobrança no apenso nº 5005811-12.2017.4.04.7209/SC, R\$ 714.738,52, obtendo-se o total de R\$ 4.292.660,74.

Não houve interesse da parte exequente na adjudicação(art. 881 da Lei 13.105/2015), tampouco pedido para alienação por sua própria iniciativa ou por intermédio de corretor (art. 880, caput, da Lei 13.105/2015).

Dessa forma, com base no art. 730 da Lei 13.105/2015, determino a realização de leilão público para alienação do(s) bem(ns) penhorado(s) e avaliado(s) (**evento 83, PRECATORIA1**, p.23-24, e **evento 101, LAUDO AVAL14**), assim descrito(s):

01) TERRENO URBANO com área de nove mil, setecentos e onze metros quadrados (9.711,00m²), edificado com uma casa de alvenaria com 141,19m², situado na Rua Eduardo Neidert, nesta cidade e Comarca de Rio Negrinho/SC, fazendo frente para a citada Rua Eduardo Neidert, com 62,00 metros, confinando ao fundos com terras de Pedro Zacarias Machado, por 20,00 metros, com terras de Silvino Barbosa Cardoso, por 25,00 metros e ainda com terras de Antonio Alves Fidelis, por 53,00 metros; divide pelo lado esquerdo, visto de frente, por 110,00 metros com terras de José Gross; pelo lado direito com terras de Mário Stiegler, por 39,00 metros, com terras de Bráulio Ribeiro de Assumpção, por 45,00 metros, com terras de José Rodrigues Cordeiro por 15,00 metros e ainda com terras de Mario Baeme, por 41,00 metros.

Av.5: Averbada a construção de um galpão industrial em alvenaria com a área de 1.849,65m², construído em 19/03/1997;

Av.7: Desmembrada a área de 170,65m², matrícula nº 8.903, ficando como remanescente a área de 9.540,35m²;

Av.8: Averbada uma ampliação industrial em alvenaria, com área de 464,25m².

Observações:

a) E83 - PRECATORIA1, p.23-24: Sobre o terreno está edificado um galpão industrial em alvenaria pré-moldado, com pé direito de cinco metros, tesouras pré-moldadas, vão de sete metros e meio e cobertura de telhas de fibro amianto, com área de 1.849,65 metros quadrados, mais uma ampliação industrial em alvenaria com área de 464,25 metros quadrados. O terreno teve desmembrada a área de 170,65 metros quadrados, ficando remanescente a área de 9.540,35 metros quadrados;

b) E101 - LAUDO AVAL14:

b.1) Sede da empresa Lucater Móveis Ltda., localizada na Rua Eduardo Neidert, 215, Cruzeiro, Rio Negrinho/SC;

b.2) Conforme consulta na Prefeitura de Rio Negrinho e constatação no local, não há a divisão dos imóveis de matrículas nº 429 e nº 1.238, sendo que o cadastro imobiliário 16149 (n. 01.02.056.1258, antigo n. 25.06.027.0141.001) abrange ambos os imóveis, totalizando a área de 11.896,40, com área construída de 2.382,85 (documento anexo). Na visão aérea, aquele de matrícula nº 1.238 fica do lado direito. O galpão construído abrange as duas matrículas, havendo parte de mata nos fundos do terreno. Inexiste delimitação física ou na inscrição imobiliária dos imóveis retro referidos.

Ônus Vigentes:

a) R.10: Penhora nos autos da Ação de Restauração de Autos/Especial de Jurisdição Contenciosa nº 055.13.000124-9, em trâmite na 1ª Vara da Comarca de Rio Negrinho/SC, movida por BRUNATI INDÚSTRIA DE COMÉRCIO DE MADEIRAS LTDA;

b) R.12: Penhora nos autos da Execução Fiscal nº 0003167-65.2010.8.24.0055, em trâmite no 2º Juízo da Vara de Execução Fiscal Estadual/SC, movida pelo Estado de Santa Catarina;



- c) R.13: *Penhora nos autos da Execução Fiscal nº 0900114-17.2011.8.24.0055, em trâmite no 1º Juízo da Vara de Execução Fiscal Estadual/SC, movida pelo Estado de Santa Catarina;*
- d) R.14: *Penhora nos autos da Execução Fiscal nº 0900087-34.2011.8.24.0055, em trâmite no 2º Juízo da Vara de Execução Fiscal Estadual/SC, movida pelo Estado de Santa Catarina;*
- e) R.15: *Penhora nos autos da Execução Fiscal nº 0900051-21.2013.8.24.0055, em trâmite no 1º Juízo da Vara de Execução Fiscal Estadual/SC, movida pelo Estado de Santa Catarina;*
- f) R.16: *Penhora nos autos da Execução Fiscal nº 0900008-55.2011.8.24.0055, em trâmite no 1º Juízo da Vara de Execução Fiscal Estadual/SC, movida pelo Estado de Santa Catarina;*
- g) R.17: *Penhora nos autos da Execução Fiscal nº 0900007-02.2013.8.24.0055, em trâmite no 2º Juízo da Vara de Execução Fiscal Estadual/SC, movida pelo Estado de Santa Catarina;*
- h) R.18: *Penhora nos autos da Execução Fiscal nº 0900029-26.2014.8.24.0055, em trâmite no 2º Juízo da Vara de Execução Fiscal Estadual/SC, movida pelo Estado de Santa Catarina;*
- i) R.19: *Penhora nos autos da Execução Fiscal nº 0900053-54.2014.8.24.0055, em trâmite no 2º Juízo da Vara de Execução Fiscal Estadual/SC, movida pelo Estado de Santa Catarina;*
- j) R.20: *Penhora nos autos da Execução Fiscal nº 0900128-93.2014.8.24.0055, em trâmite no 1º Juízo da Vara de Execução Fiscal Estadual/SC, movida pelo Estado de Santa Catarina;*
- k) R.22: *Penhora nos autos da Execução Fiscal nº 0000268-89.2013.8.24.0055, em trâmite na 2ª Vara da Comarca de Rio Negrinho/SC, movida pela União – Procuradoria da Fazenda Nacional/SC;*
- l) R.23: *Penhora nos autos da Execução Fiscal nº 0003183-14.2013.8.24.0055, em trâmite no Juízo da 2ª Vara da Comarca de Rio Negrinho/SC, movida pela União – Procuradoria da Fazenda Nacional/SC;*
- m) R.25: *Penhora nos autos da Carta Precatória nº 0001161-41.2017.8.24.0055, em trâmite no 2º Vara da Comarca de Rio Negrinho/SC, movida pela União – Procuradoria da Fazenda Nacional/SC, expedida nos autos da Execução Fiscal nº 5003313-74.2016.4.04.7209, em trâmite no Juízo Federal da 10ª Unidade de Apoio em Execução Fiscal (RSCAX04);*
- n) R.26: *Penhora nos autos da Carta Precatória nº 0000018-80.2018.8.24.0055, em trâmite no 2º Vara da Comarca de Rio Negrinho/SC, movida pelo IBAMA, expedida nos autos da Execução Fiscal nº 5002711-49.2017.4.04.7209, em trâmite no Juízo Federal da 10ª Unidade de Apoio em Execução Fiscal (RSCAX04);*
- o) R.27: *Penhora nos autos da Execução Fiscal nº 0900019-79.2014.8.24.0055, em trâmite no 1º Juízo da Vara de Execução Fiscal Estadual/SC, movida pelo Estado de Santa Catarina;*
- p) R.28: *Penhora nos autos da Execução Fiscal nº 0900047-47.2014.8.24.0055, em trâmite no 1º Juízo da Vara de Execução Fiscal Estadual/SC, movida pelo Estado de Santa Catarina;*
- q) R.29: *Penhora nos autos da Execução Fiscal nº 0001163-55.2010.8.24.0055, em trâmite no 2º Juízo da Unidade Regional de Execuções Fiscais Municipais da Comarca da Capital/SC, movida pelo Município de Rio Negrinho;*
- r) R.30: *Penhora nos autos da Carta Precatória nº 0000759-57.2017.8.24.0055, em trâmite na 2º Vara da Comarca de Negrinho/SC, movida pelo IBAMA, expedida nos autos da Execução Fiscal nº 5006394-31.2016.404.7209, em trâmite no Juízo Federal da 10ª Unidade de Apoio em Execução Fiscal (RSCAX04);*
- s) Av.32: *Penhora nos autos da Execução Fiscal nº 5023462-85.2020.8.24.0023, em trâmite no 1º Juízo da Vara de Execução Fiscal Estadual de Florianópolis/SC, movida pelo Estado de Santa Catarina;*
- t) Av.33: *Penhora nos autos da Execução Fiscal nº 0900154-23.2016.8.24.0055, em trâmite no 1º Juízo da Vara de Execução Fiscal Estadual de Florianópolis/SC, movida pelo Estado de Santa Catarina.*

Tudo conforme matrícula nº 1.238, do Cartório de Registro de Imóveis de Rio Negrinho/SC.

Avaliação do terreno: R\$1.200.000,00 (um milhão duzentos mil reais)

Avaliação da construção (galpão): R\$330.000,00 (trezentos e trinta mil reais)

Avaliação total: R\$ 1.530.000,00 (um milhão quinhentos e trinta mil reais).

02) TERRENO URBANO com área irregular, alagadiça, de 18.242,00m² (dezoito mil duzentos e quarenta e dois metros quadrados), situado nesta cidade e Comarca de Rio Negrinho/SC, confrontando por um lado com a linha da Rede Ferroviária Federal S.A.; por outro lado com o Rio Negrinho e por um Arroio e com terras da Sociedade Esportiva Ipiranga; com casa de madeira, velha, com 80,00m² (oitenta metros quadrados).

Av.4: Averbada a construção de um galpão industrial de madeira com a área de 677,70m².

Observações:

a) E83 - PRECATORIAI, p.23-24: Sobre o terreno está edificado um galpão de madeira com área de aproximadamente 600m² (seiscentos metros quadrados).

b) E101 - LAUDO AVALIAÇÃO:

b.1) Há casa de madeira, com endereço na Rua Alvin Tremel 110, Rio Negrinho/SC;

b.2) Encontra-se em área urbana, possui construção antiga, próxima a linha férrea e com área de alagamentos.

Ônus Vigentes:

a) R.5: Penhora nos autos da Execução Fiscal nº 0900047-47.2014.8.24.0055, em trâmite no 1º Juízo da Vara de Execução Fiscal Estadual/SC, movida pelo Estado de Santa Catarina;

b) R.8: Penhora nos autos da Execução Fiscal nº 0900053-54.2014.8.24.0055, em trâmite no 2º Juízo da Vara de Execução Fiscal Estadual/SC, movida pelo Estado de Santa Catarina;

c) R.9: Penhora nos autos da Execução Fiscal nº 0900066-87.2013.8.24.0055, em trâmite no 1º Juízo da Vara de Execução Fiscal Estadual/SC, movida pelo Estado de Santa Catarina;

d) R.11: Penhora nos autos da Execução Fiscal nº 0001480-53.2010.8.24.0055, em trâmite no 2º Juízo da Vara de Execução Fiscal Estadual/SC, movida pelo Estado de Santa Catarina;

e) R.12: Penhora nos autos da Carta Precatória nº 0001161-41.2017.8.24.0055, em trâmite no 2º Vara da Comarca de Rio Negrinho/SC, movida pela União – Procuradoria da Fazenda Nacional/SC, expedida nos autos da Execução Fiscal nº 5003313-74.2016.4.04.7209, em trâmite no Juízo Federal da 10ª Unidade de Apoio em Execução Fiscal (RSCAX04);

f) Av.17: Penhora nos autos da Execução Fiscal nº 5023462-85.2020.8.24.0023, em trâmite no 1º Juízo da Vara de Execução Fiscal Estadual de Florianópolis/SC, movida pelo Estado de Santa Catarina.

Tudo conforme **matrícula nº 3.359**, do Cartório de Registro de Imóveis de Rio Negrinho/SC.

Avaliação: R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais).

Total da avaliação (ambos os imóveis): R\$ 4.530.000,00 (quatro milhões quinhentos e trinta mil reais).

DEPOSITÁRIO: Sr. Ricardo André Nossol.

DATA, HORA E LOCAL DE REALIZAÇÃO DO LEILÃO:

O leilão ocorrerá exclusivamente por meio eletrônico (www.peterlongoleiloes.com.br/), nas seguintes datas:

1ª) **10 de setembro de 2024**, com encerramento às 15 horas; Os lances poderão ser oferecidos, em primeiro leilão, desde o momento do lançamento do lote no site do leiloeiro, até o horário do encerramento, pela melhor oferta, desde que igual ou superior ao valor mínimo previsto neste edital. Não sendo verificado lances aptos em primeiro leilão, o certame permanecerá aberto até a data do segundo leilão.

2ª) **24 de setembro de 2024**, com encerramento às 15 horas, caso não haja licitante no primeiro leilão.

DESIGNAÇÃO DO LEILOEIRO:

Com base no art. 883 da Lei 13.105/2015, nomeio para o encargo o Leiloeiro Giancarlo Peterlongo Lorenzini Menegotto, matriculado na Junta Comercial/RS sob nº 180/2003, Rua Sinimbu, 1878, sala 601, centro, Caxias do Sul, www.peterlongoleiloes.com.br - peterlongoleiloes@peterlongoleiloes.com.br - (054) 3028-5579.

O leiloeiro restará compromissado quando da sua intimação deste despacho, servindo como ALVARÁ.

DILIGÊNCIAS INICIAIS A SEREM REALIZADAS PELO LEILOEIRO:

Ao Leiloeiro caberá providenciar extrato dos eventuais débitos vencidos e/ou vencidos garantidos pelo bem e outros subsídios para fins de bem cumprir seu encargo.

Deverá o leiloeiro verificar a localização e estado dos bens penhorados, para fins do leilão. Constatando, em suas diligências, a inviabilidade de arrematação dos bens penhorados, caberá ao leiloeiro informar nos autos. Da informação, dê-se vista à credora para manifestar-se sobre a eventual desconstituição da penhora e prosseguimento da execução.

Como parte do seu encargo, caberá ao leiloeiro proceder à devida divulgação do edital, para o sucesso do leilão.

REGRAS GERAIS DO LEILÃO:

Esta decisão servirá como EDITAL DE LEILÃO a ser publicado, no prazo do § 1º do art. 22 da Lei nº 6.830/80, na rede mundial de computadores, no sítio do TRF/4ª Região.

O executado será intimado do leilão por meio do seu advogado. Caso o executado não tenha procurador constituído nos autos, será intimado por carta com aviso de recebimento destinada ao endereço constante do processo ou do sistema informatizado da Justiça Federal (SMWEB), ou por Oficial de Justiça (art. 889, I da Lei 13.105/2015). Caso frustrados esses meios, o executado será tido por intimado pela publicação deste Edital na imprensa oficial (art. 889, parágrafo único, da Lei 13.105/2015).

No caso de penhora de bem ofertado por terceiro, deverá este ser intimado para remir o bem no prazo de 15 dias (art. 19, I, da Lei nº 6.830/80).

O coproprietário, meeiro ou titular de outro direito sobre o bem (credor hipotecário, credor fiduciário, promitente comprador com contrato registrado na matrícula e demais interessados) também deverão ser intimados do leilão por meio de carta com aviso de recebimento dirigida ao endereço disponível no processo ou constante do sistema informatizado da Justiça Federal (SMWEB), instruída com cópia desta decisão-edital. Caso frustrada a intimação postal, deverão ser intimados por Oficial de Justiça ou Carta Precatória.

Considerando-se que a expropriação judicial é forma de aquisição originária da propriedade, os imóveis serão arrematados livres de débitos tributários (que se sub-rogam no preço) ou ônus que eventualmente gravem as respectivas matrículas (hipotecas, penhoras, arrolamento etc), cujo levantamento será providenciado por este Juízo.

O leilão será exclusivamente eletrônico.

Acaso reste suspenso o leilão em decorrência de pagamento ou parcelamento, responderá a parte executada pelas despesas comprovadas pelo leiloeiro. De outro lado, não haverá ressarcimento ao leiloeiro nos casos em que o leilão não for realizado em virtude de requerimento da parte credora.

Todas as pessoas físicas capazes e jurídicas legalmente constituídas poderão oferecer lance, devendo o leiloeiro observar as restrições dos incisos do art. 890 da Lei 13.105/2015.

REGRAS ESPECÍFICAS DO LEILÃO DE IMÓVEIS:

O lance mínimo no leilão dos imóveis, em qualquer das datas será de 50% (cinquenta por cento) da avaliação (art. 891 da Lei 13.105/2015).

Arbitro a comissão do Leiloeiro em 6% (seis por cento) do valor do lance.

Será vencedor o maior lance.

O arrematante deverá pagar custas de arrematação previstas na Tabela III da Lei 9.289/96, de 0,5% (meio por cento) sobre o valor do bem arrematado.

Para a expedição da carta de arrematação, deverá o arrematante comprovar o pagamento do ITBI, bem como as respectivas custas.

A carta de arrematação determinará o cancelamento da penhora realizada por este juízo, bem como de quaisquer outros ônus registrados/averbados na matrícula do imóvel, tais como penhoras, averbações premonitórias, notícias de penhora, indisponibilidade judicial, arrolamento, hipoteca etc.

REGRAS DO PARCELAMENTO DO LANCE QUANTO A IMÓVEIS:

Esclareço que se tratando de lance destinado à aquisição do bem penhorado de forma parcelada (artigo 895 do novo CPC c/c art. 98 da Lei nº 8.212/91) deverá apresentar proposta por escrito para aquisição **(I)** até o início do primeiro leilão por valor não inferior ao da avaliação ou **(II)** até o início do segundo leilão por valor que não seja considerado vil; devendo observar ainda as condições estabelecidas nos dispositivos de regência, quais sejam: **a)** o parcelamento do valor da arrematação será limitado ao montante da dívida ativa objeto da execução, devendo o arrematante efetuar o depósito à vista da diferença, no ato da arrematação, para levantamento pelo executado; **b)** o interessado poderá apresentar por escrito proposta/lance, com oferta de pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) à vista, no ato da arrematação, e o restante parcelado em até 60 (sessenta) parcelas mensais e sucessivas, no valor mínimo de R\$500,00(quinzentos reais), garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, sendo o restante garantido por hipoteca judicial, no caso de imóvel; **c)** a proposta para aquisição em prestações mensais, deverá ser juntada aos autos, indicando o prazo, a modalidade, o indexador de correção de cada parcela pelos juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), acumulada mensalmente, a partir da data de arrematação até o mês anterior ao do pagamento, e de 1%(um por cento) relativamente ao mês em que tiver de ser efetuado o pagamento, bem como estar ciente de que em caso de rescisão do parcelamento por falta de pagamento, o saldo devedor vencerá antecipadamente e será acrescido de multa de mora de 50%(cinquenta por cento), conforme consta no art. 98, § 6º, da Lei nº 8.212/91; **d)** no caso de proposta de parcelamento para aquisição de bem imóvel, a fim de viabilizar o registro da respectiva hipoteca, o arrematante deverá comprovar, no prazo de 5(cinco) dias contados de sua aceitação, o pagamento integral do respectivo ITBI - Imposto de Transmissão de Bens Imóveis, sob pena de nulidade de arrematação e perda da caução de que trata o § 1º do art.895 do CPC; **e)**tratando-se o bem arrematado de veículo, o prazo máximo do parcelamento será o previsto no §1º do art. 895 do CPC; **f)** Levada a efeito a arrematação, o valor parcelado constituir-se-á débito do arrematante; **g)** Até a expedição da carta de arrematação o arrematante deverá continuar depositando, mensalmente, as parcelas que vierem a se vencer, mediante Documento de Depósitos Judiciais e Extrajudiciais(DJE), utilizando o código de receita nº 4396; **h)** Após a emissão da carta de arrematação, o

arrematante deverá recolher as parcelas mensais por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais (DARF), utilizando o código de receita nº 7739; **i)** Expedida a Carta de Arrematação para pagamento parcelado de bens imóveis, o Arrematante, no prazo de 05(cinco) dias levará ao respectivo Cartório de Registro de Imóveis e providenciará em tal prazo todas as medidas necessárias para averbação da hipoteca em favor da União Federal; **j)** Expedida a Carta de Arrematação para pagamento parcelado de bens móveis, o Arrematante, no prazo de 05(cinco) dias, constituirá penhor do bem arrematado em favor da União Federal e, quando for o caso, providenciará todas as medidas necessárias para registro na repartição competente mediante requerimento do arrematante; **k)** Após, no prazo de 05(cinco) dias, o Arrematante providenciará a formalização do parcelamento do valor da arrematação perante a unidade da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) mediante protocolo em processo eletrônico de tal unidade (PGFN), no sistema E-processo, devendo constar no requerimento que consta em Anexo da Portaria PGFN nº 79, de 03 de fevereiro de 2014, o nome completo do arrematante, sua inscrição no CPF/CNPJ, o endereço para correspondência, o número de prestações, a data da arrematação e o valor parcelado, bem como a quantidade de prestações e/ou valor pagos à título de antecipação, a identificação do executado e número do processo executivo fiscal onde ocorreu a alienação judicial, o resultado da hasta pública e a carta da arrematação; **l)** ocorrendo a rescisão do parcelamento, o saldo devedor, acrescido da multa estabelecida no art. 98, § 6º, da Lei nº 8.212/91 será inscrito em dívida ativa e executado, se for o caso, indicando-se à penhora o imóvel hipotecado ou o bem móvel dado em garantia.

VENDA DIRETA:

Restando negativo o leilão, fica desde já autorizada a venda direta, observando-se as regras gerais e específicas já fixadas, inclusive os preços mínimos, e mais o seguinte:

a) o prazo para o leiloeiro promover a venda direta será de 60 (sessenta) dias;

b) a venda direta de imóveis poderá ser realizada de forma parcelada, desde que respeitadas as regras específicas antes fixadas para tanto.

Proceda a Secretaria, na medida do possível, à inclusão de credores com penhora registrada junto à matrícula do imóvel, ou, ainda, com averbação da existência de ação judicial, e que possuam procuradores com cadastro automaticamente vinculado junto ao sistema e-proc como interessados, cientificando-os do presente despacho/edital de leilão, pelo prazo de 05 (cinco) dias.

Quanto aos demais beneficiários de penhoras ou averbações na matrícula, encaminhe-se cópia do presente despacho-edital, que servirá como ofício, ao Juízo onde se processa a execução, para informar sobre o praxeamento do bem.

Intimem-se, inclusive o leiloeiro, oportunizando-se-lhe vista dos autos.

Cumpra-se.

Documento eletrônico assinado por **ALEXANDRE PEREIRA DUTRA, Juiz Federal**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 4ª Região nº 17, de 26 de março de 2010. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico <http://www.trf4.jus.br/trf4/processos/verifica.php>, mediante o preenchimento do código verificador **720011372057v41** e do código CRC **514bd717**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): ALEXANDRE PEREIRA DUTRA
Data e Hora: 19/7/2024, às 13:57:11

5003313-74.2016.4.04.7209

720011372057.V41